

GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CÚPULAS (GRIC)
Primeira Reunião Ordinária de 2024
20 de fevereiro de 2024
Virtual

OEA/Ser.E
GRIC/O.1/INF.36/24 rev.1
29 fevereiro 2024
Original: espanhol

TRABALHO REALIZADO PELOS GRUPOS TÉCNICOS AD HOC NA FASE DE ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA NONA CÚPULA DAS AMÉRICAS^{1/}

(Apresentado pela Presidência do GRIC)

Antecedentes

Este relatório aborda os principais avanços obtidos no âmbito dos Grupos Técnicos *Ad Hoc* estabelecidos pela Segunda Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), de 2022, na esfera ministerial, como parte da fase de acompanhamento e implementação da Nona Cúpula das Américas. A Nona Cúpula teve lugar na cidade de Los Angeles, Estados Unidos, em junho de 2022, sob o lema “Construindo um Futuro Sustentável, Resiliente e Igualitário”. Como resultado, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério aprovaram por consenso cinco documentos, com 209 mandatos.^{2/}

- O documento do *Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas* estabelece as diretrizes de um plano de ação a ser acordado com vistas à Décima Cúpula e a ser executado até o ano de 2030.
- O *Programa Regional para a Transformação Digital* aborda as questões de ecossistemas digitais e conectividade, governo digital e aberto, segurança cibernética e crescimento econômico e competitividade. Incentiva o desenvolvimento de estratégias nacionais sobre inovação digital, com atenção às mulheres e aos grupos em situação de vulnerabilidade, e promove a convergência das iniciativas regionais existentes e o fortalecimento de infraestruturas digitais. Sugere a modernização da prestação dos serviços públicos e a abertura de dados. Em segurança cibernética, busca impulsionar a cooperação internacional e o intercâmbio de informações. Apoiar o fortalecimento da cooperação em comércio digital, empreendimento, o desenvolvimento de indústrias inteligentes e a inclusão financeira.
- O documento *Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável* busca promover a eficiência e a integração energética, com especial atenção às mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade, implementar planos de ação para reduzir os efeitos do gás metano, trabalhar na implementação de metas para a redução de emissões e preparar planos nacionais para acelerar a transição energética. Propõe a promoção da disseminação de tecnologias, o financiamento para estimular sistemas energéticos com baixas emissões, a boa

1 Este relatório corresponde a uma versão atualizada do documento [GRIC/M.1.INF.27/23](#), apresentado na Primeira Reunião Ministerial do GRIC de 2023.

2. Os documentos aprovados na Nona Cúpula das Américas se encontram disponíveis na [página eletrônica da Secretaria de Cúpulas das Américas](#).

gestão do setor de mineração e o estabelecimento de objetivos para a ampliação da energia renovável.

- O documento sobre *Nosso Futuro Sustentável e Verde* busca abordar a crise climática mediante a conservação e restauração dos ecossistemas, a diminuição das emissões pelo uso da terra, o aproveitamento do papel dos oceanos na redução dos efeitos da mudança do clima e a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis. Promove a igualdade de oportunidades entre as populações afetadas, impulsionando a cooperação científica e a educação, aumentando o financiamento e os investimentos e promovendo o desenvolvimento de economias de baixas emissões. Firma o compromisso com o fortalecimento da proteção de defensores de direitos humanos em assuntos ambientais.
- O *Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática* compreende mandatos sobre democracia e direitos humanos, desenvolvimento sustentável, combate à corrupção e participação cidadã. Busca fortalecer mecanismos de diálogo mediante o apoio à Carta Democrática Interamericana e a análise e abordagem dos desafios à democracia. Promove medidas e condições que garantam uma participação mais universal no processo eleitoral e reconhece a importância das missões de observação eleitoral com os princípios que devem regê-las, juntamente com a proteção dos observadores. Recomenda a proteção das liberdades de imprensa, de associação, de reunião pacífica e de expressão; e o combate à divulgação de informação falsa. Promove a proteção das defensoras e defensores dos direitos humanos das mulheres, dos povos indígenas e tribais, das pessoas afrodescendentes e de outras populações em situação de vulnerabilidade ou marginalização.

Os Grupos Técnicos *Ad Hoc* são estabelecidos com a aprovação do documento “Implementação da Nona Cúpula das Américas: Calendário Provisório e Procedimentos de Trabalho”,^{3/} no âmbito da Segunda Reunião Ministerial do GRIC de 2022, realizada em Lima, em outubro, por ocasião do Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse documento dispõe-se a constituição de cinco Grupos Técnicos *Ad Hoc*, formados por especialistas governamentais, para apoiar o avanço da implementação dos mandatos aprovados na Nona Cúpula. Além da participação de especialistas nomeados pelos governos da Nona Cúpula, contempla a participação de especialistas de instituições que fazem parte do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC), bem como a integração das recomendações das partes interessadas, inclusive a sociedade civil e os atores sociais, e os representantes do setor privado e da juventude.

Os Grupos Técnicos *Ad Hoc* permitem que os governos compartilhem seus trabalhos relacionados aos avanços na implementação dos mandatos da Nona Cúpula. Seus objetivos específicos variam segundo a natureza do documento que abordem.

- O Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas foi criado com o objetivo de conseguir um acordo preliminar quanto ao Projeto de Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas.

3. O documento “Implementação da Nona Cúpula das Américas: Calendário Provisório e Procedimentos de Trabalho” foi publicado como documento [GRIC/M.2/doc.21/22](#).

- O Grupo Técnico sobre Nosso Futuro Sustentável e Verde foi criado para promover o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos para a formulação ou a execução de planos nacionais, além da coordenação de atividades conjuntas e de acompanhamento da implementação nacional.
- O Grupo Técnico *Ad Hoc* Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável deve monitorar os avanços para a transição energética, compartilhar boas práticas e coordenar os esforços regionais e nacionais.
- O Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Programa Regional para a Transformação Digital foi estabelecido com vistas a impulsionar o uso dos mecanismos existentes e atividades de acompanhamento centradas nos pilares do Programa Regional para a Transformação Digital.
- O Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática foi constituído para coordenar e informar sobre a implementação e atividades conjuntas, e identificar obstáculos a superar com base nos pilares do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática.

Segundo os Procedimentos de Trabalho, os Grupos Técnicos *Ad Hoc* informarão o GRIC, que, por sua vez, lhes oferecerá orientação e se encarregará do acompanhamento dos mandatos da Cúpula e do apoio a sua implementação. Nesse sentido, com exceção do Grupo Técnico *Ad hoc* sobre Saúde e Resiliência, sugeriu-se que, depois da realização das reuniões finais dos Grupos Técnicos *Ad Hoc*, a Presidência do GRIC preparasse relatórios para a consideração das Ministras e Ministros das Relações Exteriores. O primeiro exercício de apresentação de informação sobre a situação dos Grupos Técnicos foi realizado no decorrer da Primeira Reunião Ordinária do GRIC de 2023, em 6 de abril.⁴

A Secretaria de Cúpulas das Américas, como secretaria técnica do Processo de Cúpulas, vem prestando assistência técnica e assessoria à Presidência e aos governos no desenvolvimento efetivo e na prestação de informações sobre as reuniões dos Grupos Técnicos *Ad Hoc*, com a participação dos Estados e das entidades do GTCC, além de ter promovido a participação da sociedade civil e dos atores sociais e colocado à disposição das delegações suas recomendações.

Reuniões

Até esta data, foram realizadas 16 reuniões de Grupos Técnicos *Ad Hoc*. O Grupo Técnico para o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliências nas Américas se reuniu em seis oportunidades, quatro das quais foram de negociação, e as restantes duas destinadas à apresentação da proposta da então Presidência do Projeto Preliminar de Plano de Ação, e ao diálogo com representantes da sociedade civil e atores sociais, inclusive a juventude e o setor privado a esse respeito. Três reuniões dizem respeito ao Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Nosso Futuro Sustentável e Verde; a primeira centrada na proteção das defensoras e defensores do meio ambiente, a segunda no transporte marítimo sustentável e na preservação de ecossistemas costeiros e a terceira na agricultura climaticamente inteligente. Por outro lado, o Grupo Técnico sobre Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável reuniu-se em duas ocasiões; uma primeira reunião focalizou a apresentação de programas de transição energética de entidades do GTCC e a criação de ambientes favoráveis aos investimentos

4. O relatório da Presidência foi publicado como documento [GRIC/O.1/INF.32/23](#) e o Relatório Final dessa reunião como [GRIC/O.1/doc.98/23](#).

em energia limpa; e a segunda se centrou no uso do hidrogênio verde como exemplo de energia limpa. O Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Programa Regional para a Transformação Digital se reuniu uma vez para abordar a segurança cibernética no âmbito dos mandatos aprovados. Outras quatro reuniões correspondem ao Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática; a primeira focada nos desafios à governabilidade democrática e na promoção dos direitos humanos no Sistema Interamericano, a segunda no combate à desinformação, a terceira na proteção dos direitos de pessoas de descendência africana e a quarta em compras públicas.

As reuniões dos Grupos Técnicos *Ad Hoc* realizadas após a transferência da Presidência do Processo de Cúpulas do governo dos Estados Unidos para o governo da República Dominicana, realizada em 3 de novembro de 2023, foram copresididas por ambos os Estados. Da mesma forma, alguns deles também foram co-presididos por outros Estados participantes, como Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Panamá, Paraguai e Uruguai.

a) Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas

O Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Saúde e Resiliência se reuniu de forma periódica entre fevereiro e junho de 2023, com vistas a celebrar um pré-acordo sobre o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas. As sessões desse Grupo Técnico *Ad Hoc* e as negociações verificadas em seu âmbito foram presididas pelo Doutor Nelson Arboleda, Diretor do Escritório das Américas do Departamento de Serviços de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos.

O Projeto de Plano de Ação focaliza os efeitos da pandemia de covid-19 e o fortalecimento da capacidade e da resiliência dos sistemas de saúde da região para fazer frente a surtos futuros de doenças infecciosas e a outros problemas de saúde. O documento reconhece os desafios socioculturais, econômicos, ambientais e estruturais enfrentados nas Américas, bem como os compromissos mundiais assumidos pelos Estados com respeito à saúde e à resiliência. É composto de cinco partes, cada uma com várias seções: (1) Promover o acesso equitativo a serviços e produtos de saúde; (2) Investir em sistemas de saúde; (3) Fortalecer a preparação para emergências; (4) Abordar as doenças não transmissíveis; e (5) Aproveitar a tecnologia de maneira adequada.

O Projeto Preliminar de Plano de Ação foi distribuído em nome da então Presidência no final de janeiro de 2023 e apresentado durante a Primeira Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc*. Após a primeira reunião, a então Presidência convidou as delegações a que oferecessem comentários sobre o documento. Com base nos comentários recebidos, a Secretaria de Cúpulas consolidou a versão revisada do Projeto Preliminar de Plano de Ação, que, em seguida, foi considerada durante a Segunda Reunião do Grupo Técnico. A essa sessão se seguiram três reuniões adicionais de negociação. Em seguida, ocorreu um diálogo com representantes da sociedade civil e dos atores sociais (coordenados em Grupos Temáticos Sub-Regionais pela Secretaria de Cúpulas), da juventude (coordenados pelo *Young Americas Business Trust – YABT*) e do setor privado (coordenados pelo *Americas Business Dialogue – ABD*). Finalmente, foi realizada uma reunião adicional de negociação, com o objetivo de celebrar os pré-acordos pendentes e de incorporar as contribuições apresentadas na sessão anterior.

Após a Sexta Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc*, realizada em 1º de junho, na qual fora concluída a negociação do Projeto Preliminar do Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas, o referido projeto foi enviado ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) para consideração. Encerrada sua discussão pelas delegações, no âmbito da Segunda Reunião Ordinária

do GRIC de 2023, realizada em 12 de junho, sob a liderança do Presidente do GRIC e Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly, o Projeto de Plano de Ação foi encaminhado para consideração e aprovação das Chanceleres e dos Chanceleres, por ocasião da Primeira Reunião do GRIC de âmbito Ministerial. A Reunião Ministerial do GRIC adotou o Plano de Ação em 23 de junho de 2023, em Washington, D.C., por ocasião do Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA

O diálogo entre as delegações se serviu também das contribuições das partes interessadas do Processo de Cúpulas. Especialmente, o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC) desempenhou importante papel: a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) ofereceu valiosos comentários, os quais foram reunidos pelas delegações para enriquecer a redação do texto negociado. Do mesmo modo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) apresentaram insumos.

Do mesmo modo, na sessão de diálogo das delegações com representantes da sociedade civil e dos atores sociais, da juventude e do setor privado (integrados nos Grupos Temáticos Sub-Regionais, no YABT e no ABD, respectivamente) as representantes e os representantes ofereceram contribuições concretas ao documento de negociação. O ABD destacou, entre outras questões, a necessidade de se contar com fóruns de diálogo com o setor privado, a promoção da convergência normativa e de medidas para estimular o investimento e o intercâmbio de conhecimentos e de fortalecer a governança do setor. O YABT se centrou na promoção da saúde mental e da saúde sexual e reprodutiva, nas capacitações em matéria de saúde, no favorecimento de iniciativas da juventude e na inclusão de menções a meninas e à juventude. Por sua vez, os porta-vozes dos Grupos Temáticos Sub-Regionais focalizaram a garantia do acesso equitativo aos serviços da saúde, respeitando a privacidade, o favorecimento do diálogo entre os Estados em matéria de saúde, a questão dos direitos sexuais e reprodutivos e a atenção aos grupos em situação de vulnerabilidade, entre outros temas.^{5/}

b) Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Nosso Futuro Sustentável e Verde

O Grupo Técnico sobre Nosso Futuro Sustentável e Verde reuniu-se em três ocasiões, com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos para a formulação e execução de planos nacionais na matéria e para coordenar atividades conjuntas.

A Primeira Reunião desse Grupo Técnico *Ad Hoc* abordou a proteção das defensoras e defensores do meio ambiente, conforme descreve o parágrafo 1, f, do respectivo documento. Realizada em 24 de janeiro de 2023, foi presidida pela Subsecretária do Escritório de Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Mónica Medina, e pela Administradora Adjunta do Escritório de Assuntos Internacionais e Tribais da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, Jane Nishida.

A organização da sociedade civil *Alianza para los Defensores de la Tierra, los Pueblos Indígenas y el Medioambiente* (ALLIED) foi convidada a fazer uma apresentação sobre o assunto. Nela, descreveu tanto assassinatos quanto ataques não letais cometidos contra defensoras e defensores e a falta de investigação ou de ação legal sobre esses fatos. Recomendou a realização de consultas significativas e constantes com os defensores e as defensoras, a sociedade civil e o setor privado; o trabalho conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a fim de desenvolver planos

5. A lista de documentos com as contribuições apresentadas na Quinta Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Saúde foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-SAL/doc.10/23](https://www.oas.sam.gov/2023/GRIC/CA-IX/GT-SAL/doc.10/23).

de ação nacionais em harmonia com o Acordo de Escazu; o monitoramento dos ataques; o fortalecimento dos mecanismos de proteção; a priorização da investigação e da ação legal sobre os ataques feitos contra os defensores e as defensoras; e a criação de narrativas positivas sobre os defensores e as defensoras.

Entidades-chave do GTCC também se apresentaram como expositores. A Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (REDESCA-CIDH) da OEA alertou sobre a difícil situação por que passam as defensoras e defensores, ao mesmo tempo que celebrou que o Sistema Interamericano seja pioneiro na proteção do direito humano a um meio ambiente sadio. Destacou a Resolução 3/21 da CIDH e da REDESCA sobre emergência climática e sua incorporação do enfoque de direitos à emergência climática.^{6/} Por sua vez, a Unidade de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável da CEPAL se pronunciou na qualidade de secretaria do Acordo de Escazu sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais. Destacou que o acordo é o primeiro a incorporar disposições para a proteção de direitos em assuntos ambientais e fez referência ao enfoque triplo do artigo específico do acordo sobre defensores ambientais, centrado na busca de ambientes seguros, no fortalecimento de medidas de prevenção e proteção e na formulação de medidas de resposta.

No diálogo que se seguiu às exposições dos especialistas governamentais, esses especialistas descreveram os esforços por eles envidados por fortalecer a proteção das defensoras e defensores do meio ambiente em âmbito nacional e as tarefas de cooperação implementadas. Destacaram a existência de um fundo voluntário para a implementação do Acordo de Escazu, bem como ressaltaram a necessidade de que haja consultas públicas para a priorização de ações estatais ou prévias à realização de projetos com impacto sobre as comunidades e o meio ambiente. Fez-se alusão a boas práticas em matéria legislativa e de implementação de políticas relacionadas às consultas públicas, e à disposição de compartilhar as experiências e lições aprendidas. Também coincidiram na necessidade de evitar a duplicação de esforços em âmbito internacional. Por outro lado, algumas delegações se centraram nos desafios de coordenação de ações nacionais, em virtude das diferentes atribuições dos governos locais. Outras delegações focalizaram os esforços de redução de emissões de gases de efeito estufa e de prevenção do desmatamento, assim como a necessidade de que se disponha de maior financiamento.^{7/}

Por outro lado, a Segunda Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Nosso Futuro Sustentável e Verde abordou os parágrafos 3.c e 3.d sobre o transporte marítimo ecológico e a proteção dos ecossistemas litorâneos. Realizada em 1º de março de 2023, na Cidade do Panamá, por ocasião da Conferência Nosso Oceano, foi copresidida pelas delegações dos Estados Unidos e do Panamá, lideradas pela Enviada Especial Adjunta para a Mudança do Clima do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Sue Biniaz, e pela Subsecretária de Oceanos, Pesca e Assuntos Polares do Escritório de Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Maxine Burkett, juntamente com a Vice-Ministra do Meio Ambiente do Panamá, Diana Laguna Caicedo, e a Subsecretária de Energia do Panamá, Rosilena Lindo Riggs.

Para a sessão que abordou o transporte marítimo ecológico foram convidados especialistas técnicos da Autoridade do Canal do Panamá e do *Mærsk Mc-Kinney Møller Center for Zero-Carbon Shipping*. A Gerência de Coordenação Interinstitucional da Autoridade do Canal do Panamá destacou a contribuição do Canal para a redução de emissões do transporte, os esforços por alcançar a

-
6. A Resolução 3/21 se encontra disponível no *link* https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2021/resolucion_3-21_spa.pdf.
 7. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-VER/doc.1/23](https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2021/resolucion_3-21_spa.pdf).

neutralidade do carbono em suas operações e a preservação dos ecossistemas vizinhos. O *Mærsk Mc-Kinney Møller Center* alertou sobre a possibilidade de que as emissões do setor marítimo continuem crescendo caso se mantenha a tendência. Nesse sentido, recomendou que se promova a eficiência energética, a produção de combustíveis alternativos, a elaboração de regulamentos globais para igualar as condições e o apoio a pioneiros em toda a cadeia de valor para alcançar a neutralidade do carbono do transporte marítimo, entendidos todos como os pilares para que se chegue à neutralidade da atividade até 2050.

Com relação a essas exposições, as delegações estabeleceram intercâmbios com os especialistas e destacaram iniciativas levadas a cabo, inclusive no âmbito da Organização Marítima Internacional (OMI), para reduzir a contaminação pelos navios e dos oceanos. Os intercâmbios trataram do desenvolvimento de estratégias nacionais de hidrogênio verde e de resiliência de infraestruturas do setor logístico frente à mudança climática e do estabelecimento de orçamentos públicos que incorporem variáveis de mudança do clima. Também abordaram a Declaração de Clydebank sobre a descarbonização do transporte marítimo, a criação de corredores verdes nacionais e internacionais e sua compatibilidade com o regime multilateral de comércio. Destacaram ainda a necessidade da promoção de maior colaboração entre os governos e a indústria e da inclusão das comunidades locais e indígenas na transição para o transporte com emissões zero. Por outro lado, abordou-se o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e a necessidade de se contar com financiamento para a adaptação da infraestrutura e das tecnologias destinadas a reduzir as emissões na atividade.

Especialistas técnicos da *Conservation International* foram convidados para a sessão sobre a proteção dos ecossistemas marítimos litorâneos. Nela, esses especialistas discorreram sobre o papel dos ecossistemas de carbono azul no sequestro de carbono e a necessidade imperiosa de inventariá-los e protegê-los. Esclareceram que entre um quarto e a metade desses ecossistemas se perderam, destacando, ao mesmo tempo, a liderança da região em estratégias de proteção. Aduziram que as soluções baseadas na natureza podem contribuir para o cuidado das fontes de água para a geração de energia a partir do hidrogênio, simultaneamente permitindo a captura de dióxido de carbono e a produção de biomassa.

As delegações dialogaram sobre esses temas e apresentaram iniciativas governamentais de assistência para a mitigação e a adaptação. Em primeiro lugar, falaram sobre os esforços por aumentar os percentuais de áreas marinhas protegidas. Destacaram políticas e estratégias nacionais de carbono azul, centradas na coordenação institucional, na gestão e reabilitação de ecossistemas, sua valorização econômica e financiamento, no fortalecimento de competências e na sensibilização sobre sua importância. Outras delegações ressaltaram a importância de intensificar as campanhas nacionais de pesquisa e produzir informação pública. Do mesmo modo, um dos temas centrais foram os diversos esforços por inventariar o carbono azul e a disposição de se fortalecer a capacidade no exterior nesse sentido. Outras delegações se centraram nas soluções baseadas na natureza e seu impacto no setor energético.

No que se refere às entidades do GTCC, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destacou o compromisso de sua instituição com o estímulo ao financiamento relacionado à natureza, à integração do capital natural e à biodiversidade em suas operações, assim como às ações do Laboratório de Capital Natural. Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destacou o trabalho realizado no apoio aos Estados na proteção de áreas marítimas e sua biodiversidade e a assistência prestada em relação às contribuições determinadas no âmbito nacional e à Convenção sobre a Biodiversidade Biológica.^{8/}

8. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-VER/doc.6/23](#).

Por último, a Terceira Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Nosso Futuro Sustentável e Verde abordou o parágrafo 2.b do documento respectivo, aprovado na Nona Cúpula, que focaliza a agricultura climaticamente inteligente. Foi realizada em 12 de setembro de 2023, de forma virtual, e presidida pelo Embaixador Francisco O. Mora, Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, então Presidência do Processo de Cúpulas, e Hope Bigda-Payton, Assessora de Assuntos Internacionais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O USDA apresentou a iniciativa “Missão de Inovação Agrícola para o Clima” (*AIM for Climate*), a qual lidera e financia, cujo objetivo é acelerar a inovação na agricultura para apoiar as ações climáticas e a segurança alimentar global. Essa iniciativa fomenta a cooperação público-privada e intergovernamental em pesquisa, inovação e investimento em diversos aspectos da agricultura climaticamente inteligente. Até a data da reunião, a *AIM for Climate* havia atraído mais de 1.200 parceiros de mais de 260 organizações de todo o mundo. A Delegação dos Estados Unidos enfatizou o convite para que mais países da região considerem unir-se a essa iniciativa.

Como parte do GTCC, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) destacou que, atualmente, as Américas enfrentam os desafios da mudança climática, que incluem fenômenos como furacões, secas e inundações, com consequências significativas para a segurança alimentar em âmbito global. Salientou-se que, para abordar esses problemas de maneira integral, diversas estratégias podem ser adotadas, salientando a importância de que as políticas públicas se baseiem em evidência científica e estejam focadas nos agricultores. Nesse contexto, argumentou-se que a agricultura pode desempenhar um papel crucial como parte da solução da mudança climática. Também se referiu à Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, a ser realizada na Costa Rica, em outubro de 2023, em que o IICA proporá a formação de uma aliança hemisférica para a segurança alimentar global e o desenvolvimento sustentável, em cumprimento aos mandatos aprovados na Nona Cúpula das Américas.

Com a participação de representantes do setor privado, da sociedade civil e das entidades do GTCC, teve lugar um painel em que se buscou abordar diferentes questões relacionadas à promoção da agricultura climaticamente inteligente nas Américas. Os painelistas destacaram as iniciativas e projetos de suas respectivas organizações para abordar esse desafio, como a restauração de pastagens no Cerrado do Brasil e a promoção da agricultura regenerativa. Também se enfatizou a importância da avaliação do impacto e do progresso nesses esforços, bem como a necessidade de investir em áreas específicas, como fertilizantes microbianos e informação climática. Foram discutidas questões de colaboração entre a sociedade civil, o setor privado e os governos, além da importância da educação rural e dos incentivos para os agricultores. Em resumo, destacou-se a necessidade de abordar a agricultura climaticamente inteligente de múltiplas perspectivas e de colaborar na implementação de soluções sustentáveis.

As delegações de vários países compartilharam seus enfoques e esforços em relação à agricultura climaticamente inteligente e à redução dos efeitos da mudança climática. Destacaram-se políticas de incentivos econômicos para a adoção de fontes de energia limpa e seu enfoque baseado em evidência científica. Também se promoveu a iniciativa *AIM for Climate*, incentivando os países a que a ela adiram. Igualmente se abordou a importância da consideração do meio ambiente e das comunidades na agricultura sustentável. Além disso, foram solicitados exemplos de colaboração público-privada no âmbito da agricultura climaticamente inteligente. Enfatizou-se ainda a necessidade

de se informar o setor agrícola sobre a mudança climática. Esses pontos destacam a diversidade de enfoques e prioridades na região para a consecução de uma agricultura climaticamente inteligente.^{9/}

c) Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável

O Grupo Técnico sobre Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável se reuniu em duas ocasiões, com o propósito de fomentar o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos relacionados à elaboração e aplicação de planos nacionais nesse campo, além de coordenar ações conjuntas.

A primeira reunião do Grupo Técnico sobre Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável se centrou no financiamento de energias limpas. Realizada em 9 de março de 2023, foi presidida pelo Subsecretário Adjunto do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Mark Wells.

O GTCC participou ativamente. Houve exposições da OEA, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de todos os bancos multilaterais membros do GTCC. A OEA, por intermédio da Unidade de Coordenação Técnica da Parceria em Energia e Clima para as Américas (ECPA), falou sobre a centralidade do vínculo entre os conceitos de energia e segurança. No mesmo sentido, destacou que a consecução de metas técnicas demanda acordos políticos, cristalizados, no caso da ECPA, em suas reuniões ministeriais. Anunciou, então, que a Sexta Reunião Ministerial se centrará em fontes de energia limpa, acesso universal à energia, eficiência energética, integração energética regional e resiliência. Por sua vez, a OCDE alertou sobre o desenvolvimento de políticas contrárias aos planos de descarbonização, como o caso dos subsídios aos combustíveis fósseis, e sobre o fato que apenas um quarto dos países da região apresenta compromissos de neutralidade de carbono até 2050. Informou sobre seu Programa de Mobilização de Investimentos e Financiamento de Energia Limpa (CEFIM), cujo objetivo é proporcionar assistência técnica, o desenvolvimento de competências e a redução de barreiras técnicas para os investimentos em energia limpa.

Por outro lado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e o Banco Mundial prestaram informação atualizada sobre seus programas de financiamento de energia limpa. Os especialistas dos bancos também apresentaram um panorama da matriz energética regional e declararam que a liderança da região na utilização de energias renováveis se deve à presença da hidroelétrica. Abordaram as tendências projetadas de participação de energia bem como os desafios persistentes para a transição, determinados, em grande medida, pelo setor de transporte. Nesse sentido, acrescentaram que existem obstáculos em matéria de eficiência energética. Destacaram a importância do estabelecimento de maior coordenação entre a formulação de políticas de promoção, a introdução de estruturas normativas e os planos de negócios. Outro ponto de coincidência foi a necessidade de se oferecer segurança jurídica e se dispor de estruturas normativas e fiscais sólidas e duradouras. Também foram destacados os esforços por promover a participação do setor privado nos planos de transição.

Por sua vez, o setor privado, representado pela *AES Corporation*, discorreu sobre os critérios que o setor utiliza ao avaliar oportunidades de investimento em energia limpa, como o respeito ao

9. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-VER/doc.10/23](https://www.gric.org/CA-IX/GT-VER/doc.10/23).

Estado de Direito, as políticas normativas progressivas, os processos de licenciamento definidos e o acesso a liquidez, e sobre a criação de condições para a atração de investimentos.

As delegações destacaram que a promoção de energias limpas não só contribui para limitar o aumento das temperaturas, mas representa oportunidades de desenvolvimento e de maior segurança energética. Abordaram as estratégias energéticas nacionais destinadas a fomentar fontes de energia mais limpas, a substituição gradual de formas mais contaminantes, o desincentivo a projetos de energia com alto conteúdo de carbono e o acesso universal à eletricidade. Destacaram que a cooperação internacional e o desenvolvimento de competências são fundamentais para essas ações.^{10/}

A Segunda Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável foi realizada em 8 de agosto de 2023, no formato virtual. A reunião abordou os parágrafos 7 e 14 sobre hidrogênio verde do documento respectivo da Nona Cúpula. Contou com exposições de especialistas governamentais e do GTCC, e de um representante do setor privado. Posteriormente, houve um intercâmbio de experiências com uma discussão sobre boas práticas entre as delegações e as entidades do GTCC.

As entidades do GTCC lideraram a primeira parte da reunião. Em primeiro lugar, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ressaltou quatro pilares-chave para a descarbonização: eficiência energética, eletrificação de processos, captura e armazenamento de carbono e hidrogênio verde. O BID está ativamente envolvido em quinze países da América Latina, contribuindo para onze estratégias de hidrogênio verde e testes-piloto. Salientou-se que os líderes dessa iniciativa são Chile, Brasil, Colômbia, Argentina, Uruguai e Panamá, e foram destacados 11 *hubs* potenciais de produção de hidrogênio na região. Além disso, mencionou um financiamento de US\$400 milhões para essas iniciativas e a importância de se cuidar dos recursos hídricos e de se considerar as perspectivas indígenas nos projetos. O BID busca a homologação de certificações com padrões europeus e americanos, com o objetivo de concluir uma minuta antes de outubro de 2023 e obter apoio da OEA e do Governo dos Estados Unidos para uma declaração de altas autoridades na Conferência das Partes (COP).

Por sua vez, a Seção de Energia Sustentável do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da OEA se centrou nas deliberações do Grupo de Trabalho sobre Hidrogênio Limpo da ECPA. Insistiu na distinção entre o hidrogênio verde e o hidrogênio limpo, destacando que este último é mais comum nos diálogos da OEA e considera a neutralidade de carbono por meio da energia nuclear e técnicas de captura e armazenamento de carbono. Salientou a importância das políticas e a necessidade de processos de certificação para garantir a sustentabilidade da produção de hidrogênio verde e limpo. Ressaltou seis fatores fundamentais nos diálogos da região sobre a economia do hidrogênio, inclusive a aceleração da transição energética, a contribuição do hidrogênio para a descarbonização de setores, a capacidade de integração do hidrogênio em múltiplos setores, a redução de custos na eletrólise, a expansão das energias renováveis e a criação de empregos verdes na economia do hidrogênio. Além disso, destacou Colômbia, Brasil e Chile como líderes no desenvolvimento de uma economia do hidrogênio na região e mencionou que 16 países têm planos e políticas nacionais para o hidrogênio, respaldados por apoio financeiro governamental.

As delegações tomaram a palavra para abordar diversas questões relevantes afins ao tema hidrogênio verde. Foram considerados os desafios específicos enfrentados pelos Estados insulares,

10 . A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-ENE/doc.1/23](https://www.oecd.org/document/1/23).

somados ao contexto internacional de aumento dos custos a geração de energia. Do mesmo modo, foram mencionados e propostos mecanismos de financiamento de projetos de hidrogênio verde para a região, com um papel-chave atribuído aos bancos multilaterais. Também se abordou a necessidade de produzir condições favoráveis para o capital público e privado nesse mercado, como os créditos fiscais, o financiamento destinado à produção de combustíveis limpos, o sistema de fixação de preços do carbono e a criação do Fundo Estratégico de Inovação para novos projetos de hidrogênio e os investimentos em estações de abastecimento de hidrogênio e em mobilidade elétrica.^{11/}

d) Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Programa Regional para a Transformação Digital

A Primeira Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Programa Regional para a Transformação Digital foi realizada em 13 de dezembro de 2023, de maneira virtual, e foi copresidida pela República Dominicana, os Estados Unidos e Uruguai. A reunião, convocada sob o tema segurança cibernética, abordou o pilar C do Programa Regional para a Transformação Digital, aprovado na Nona Cúpula das Américas. Contou com representantes governamentais dos Estados participantes, entidades do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC) e da sociedade civil e atores sociais das Américas.

O Vice-Ministro de Agenda Digital da República Dominicana, José David Montilla, ressaltou as realizações nacionais na segurança cibernética, destacando a colaboração internacional e a aceleração posterior à pandemia. Enfatizou a necessidade de equipamentos voltados para a defesa digital e a obrigatoriedade de estratégias respaldadas pelo governo. O Senhor Montilla destacou a liderança do país em segurança cibernética e sua escolha pela União Europeia para abrigar um centro de desenvolvimento de competências. Por outro lado, a Assessora Sênior para Estratégia de Segurança Cibernética da Casa Branca, Lauryn Williams, falou sobre a importância da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética dos Estados Unidos, centrando-se em uma visão a longo prazo e na criação de um ecossistema digital mais defensável e resiliente. Destacou a redistribuição de responsabilidades e a implementação holística da estratégia. Finalmente, o Diretor de Segurança da Informação da Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação e do Conhecimento (AGESIC) do Uruguai, Mauricio Papaleo, ressaltou a proeminência da estratégia de segurança cibernética do país, destacando a experiência em agendas digitais e a colaboração com organismos internacionais para abordar a estratégia nacional de segurança cibernética.

Duas entidades do GTCC apresentaram suas estratégias relativas ao apoio à segurança cibernética regional. Em representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Especialista Sênior em Segurança Cibernética, Santiago Paz, abordou a experiência de mais de dez anos da instituição em questões de segurança cibernética. Focalizando o financiamento de projetos-chave, como transporte, educação e saúde, afirmou que o BID adota uma perspectiva holística da segurança cibernética em âmbito nacional. O BID, com cerca de 200 milhões de dólares investidos exclusivamente em projetos de segurança cibernética, enfatiza o desenvolvimento de competências mediante programas de capacitação, colaborações com universidades e material de conhecimento específico para diversos setores, reconhecendo a importância do capital humano no avanço da segurança cibernética na região. Por sua vez, os especialistas da Secretaria Executiva do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) da OEA, Diego Subero e Mariana Cardona, detalharam o desenvolvimento de políticas, destacando que aproximadamente vinte países já contam com estratégias nacionais apoiadas pela OEA, enquanto outros cinco estão em processo de criação ou

11. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-ENE/doc.6/23](https://www.oas.org/en/interam/ctt/2023/11/GRIC/CA-IX/GT-ENE/doc.6/23).

renovação. Destacaram o desenvolvimento da força de trabalho e a inclusão de gênero na segurança cibernética.

O painel sobre fortalecimento da segurança cibernética regional, moderado pelo Senhor Mauricio Papeleo, da AGESIC, contou com a destacada participação da Diretora para as Américas da Unidade de Delitos Digitais da Microsoft, Jimena Mora. A Senhora Mora ressaltou a crescente necessidade de colaboração entre os setores público e privado para fazer frente aos ataques cibernéticos, com ênfase especial no aumento dos ataques de *ransomware* e na importância de que os grupos criminosos sejam punidos, especialmente em setores críticos como a saúde e os processos eleitorais. Por sua vez, o Presidente da Rede CyberLac, Gustavo Betarte, apresentou uma visão acadêmica para abordar os desafios em segurança cibernética na América Latina e no Caribe, destacando a necessidade do desenvolvimento de programas de capacitação técnica e cursos de pós-graduação em colaboração com diversas instituições. Finalmente, o Porta-Voz do Grupo Temático sobre Transformação Digital da sociedade civil, Ronmel López, enfatizou a importância da consolidação da transformação digital como um direito humano e a necessidade de colaboração internacional para proteger os serviços tecnológicos e garantir a legitimidade dos processos eleitorais frente a possíveis ataques cibernéticos.

As delegações apresentaram diversos enfoques sobre segurança cibernética, ressaltando a criação de organismos nacionais especializados e a identificação da escassez de profissionais no campo. Foi abordado o desenvolvimento de estratégias de âmbito nacional em colaboração com múltiplos atores para melhorar a preparação em segurança cibernética, inclusive a colaboração público-privada em iniciativas concretas. Além disso, enfatizou-se a importância de se garantir a segurança no uso de tecnologia agrícola, com iniciativas para conscientizar e capacitar o pessoal em segurança cibernética e gestão de dados.^{12/}

e) Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática

Sua primeira reunião foi copresidida pelos Estados Unidos, Canadá e Costa Rica, representadas pelo Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos e Presidente do GRIC, Kevin O'Reilly; pelo Coordenador Nacional Adjunto do Canadá, Embaixador Hugh Adsett, e pela Coordenadora Nacional da Costa Rica, Embaixadora Alejandra Solano Cabalceta. Foi realizada em 28 de março de 2023 por ocasião da Segunda Cúpula pela Democracia e sob o lema “Fazer frente aos desafios e promover os direitos humanos para consolidar nosso compromisso com a democracia no Sistema Interamericano”.

A OEA, como Presidência do GTCC, foi representada pelo Secretário de Assuntos Hemisféricos, Embaixador James Lambert, e pelo Secretário para o Fortalecimento da Democracia, Francisco Guerrero. O Embaixador Lambert destacou a realização de intercâmbios prévios em matéria de resiliência democrática inseridos no Processo de Cúpulas e salientou aspectos do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática, como o fortalecimento de mecanismos regionais para abordar desafios à democracia, a cooperação regional em apoio à Carta Democrática Interamericana e o direito ao voto. Por sua vez, o Secretário Guerrero destacou o compromisso assumido na Nona Cúpula de fortalecer o diálogo político na abordagem dos desafios da democracia e de cooperação para apoiar a Carta. Nesse sentido, fez um apelo para que se aproveite o multilateralismo para defender a democracia na região.

12. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-DIG/doc.2/24](#).

Representantes da sociedade civil especializada também falaram sobre a situação da governabilidade democrática na região e formularam recomendações. A Fundação para o Devido Processo alertou para a ingerência sobre o Poder Judiciário, a estigmatização e a criminalização de opositores, a exacerbação da polarização por parte dos poderes executivos, o fechamento do espaço cívico, o crescente papel das forças armadas e o questionamento dos sistemas internacionais de justiça. Ao destacar os mecanismos no âmbito da OEA, convidou a que se faça uso dessa capacidade existente para preservar a democracia e para adaptar mecanismos de observação eleitoral para a escolha de juízes. O aproveitamento de mecanismos existentes também foi apoiado pelo Centro Carter, que acrescentou a necessidade de que haja vontade política para que essas instituições cumpram sua missão.

As principais coincidências apontadas tanto pelas delegações como pela sociedade civil especializada se centraram, em primeiro lugar, no desafio que a desinformação representa para a democracia. Em segundo lugar, salientaram a necessidade de se conseguir que as democracias ofereçam respostas aos problemas da desigualdade e da insegurança cidadã.

Algumas delegações especificaram que a democracia não está circunscrita à realização de eleições, mas que se estende ao reconhecimento dos direitos das pessoas, à separação de poderes e ao bom governo, para garantir a igualdade de oportunidades e a mobilidade social ascendente. Também enfatizaram a necessidade de que se disponha de melhores ferramentas no âmbito de alertas precoces sobre ameaças à democracia. Abordaram temas relacionados ao fortalecimento dos sistemas eleitorais e ressaltaram que as missões de observação eleitoral são ferramentas para a consolidação da democracia. Por outro lado, abordaram o papel das tecnologias digitais na proteção dos direitos humanos, na garantia da acessibilidade e na promoção do pluralismo, na liberdade de expressão, na luta contra a mudança climática e no crescimento econômico inclusivo.

Por outro lado, destaca-se que, por meio dos mandatos 12 e 12.m. do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo se comprometem a continuar cumprindo os mandatos da Oitava Cúpula, mediante a participação ativa no Mecanismo de Acompanhamento e Implementação do Compromisso de Lima.^{13/} Esse compromisso não só supõe uma continuidade a respeito das diretrizes estabelecidas em Lima, em 2018, mas também facilita que se ofereça um adequado acompanhamento do combate contra um flagelo que as democracias da região enfrentam.^{14/}

O segundo evento organizado pelo Grupo Técnico *Ad Hoc* centrou-se na questão da garantia da integridade da informação e no combate à desinformação nos processos eleitorais. Copresidida pelos Estados Unidos, Canadá e Chile, foi realizada por ocasião do Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, em Washington, D.C. O Governo dos Estados Unidos participou na qualidade de Presidência do Processo de Cúpulas, representado pelo Coordenador Nacional de Cúpulas, Kevin O'Reilly, e pela Secretária Auxiliar Adjunta para Assuntos do Hemisfério Ocidental em Matéria de Diplomacia Pública, Políticas, Planejamento e Coordenação do Departamento de Estado, Kerri Hannan. As entidades do GTCC também participaram, inclusive, pela OEA, com exposições do Secretário de Assuntos Hemisféricos, Embaixador James Lambert, do Secretário para o Fortalecimento da Democracia, Francisco Guerrero, e do Relator Especial para a Liberdade de

13. A Plataforma *On-Line* do Mecanismo de Acompanhamento e Implementação do Compromisso de Lima se encontra disponível no link <https://compromisodelima.oas.org/Consulta/Verificar>

14. The list of documents of the meeting was published as document [GRIC/CA-IX/GT-DEM/doc.1/23](https://www.oas.org/en/press/docs/2019/GRIC/CA-IX/GT-DEM/doc.1/23).

Expressão, Pedro Vaca. A Diretora da Secretaria de Cúpulas, María Celina Conte, moderou a segunda parte da sessão.

A primeira parte da sessão foi moderada pelo Colaborador Principal e Diretor Adjunto do Programa Américas do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), Christopher Hernandez-Roy, e centrou-se em um debate de especialistas regionais e entidades da sociedade civil, do setor acadêmico e dos atores sociais especializados em desinformação e sistemas eleitorais, como a *Chequeado*, a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e a Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Chile. Os painelistas discutiram os problemas causados pela desinformação e o impacto que as novas ferramentas digitais, como a IA, podem ter sobre a disseminação da desinformação e o processo eleitoral. A segunda parte da sessão foi moderada pela Diretora da Secretaria de Cúpulas, María Cecilia Conte, e focalizou as contribuições dos Estados participantes e das partes interessadas no Processo de Cúpulas das Américas sobre as melhores práticas para assegurar a integridade da informação e combater a desinformação em contextos eleitorais. As delegações discutiram a importância de assegurar que os eleitores tenham informações verificáveis e fidedignas e de combater a desinformação durante o processo eleitoral. As delegações também debateram sobre a importância de proteger a liberdade de expressão e a necessidade de trabalhar junto com o setor privado, inclusive com as empresas de mídia social. Os discursos de encerramento foram proferidos pelo Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos e Presidente do GRIC, e pelo Vice-Coordenador Nacional do Canadá e Representante Permanente junto à OEA, Embaixador Hugh Adsett.^{15/}

A Terceira Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* para o Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática foi realizada em 14 de novembro de 2023, no formato virtual, e convocada sob o lema “Direitos humanos e democracia: Proteção dos direitos de pessoas de descendência africana nas Américas”. Foi copresidida pela República Dominicana, Estados Unidos, e Brasil, e abordou o parágrafo B do mandato 9 do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática, aprovado na Nona Cúpula das Américas. Essa reunião contou com representantes governamentais dos Estados participantes, entidades do Grupo de Trabajo Conjunto de Cúpulas (GTCC) e da sociedade civil e atores sociais das Américas.

Durante a apresentação de experiências e boas práticas por parte das delegações, foram abordados temas relacionados à equidade de gênero, à proteção dos direitos dos afrodescendentes e à luta contra a discriminação racial. Foram destacados programas e leis que promovem a igualdade e a inclusão, bem como esforços por combater a violência de gênero e a discriminação estrutural. Além disso, ressaltou-se o compromisso dos países com a ratificação de instrumentos internacionais para proteger os direitos dessas comunidades e se reconheceu a importância da educação e da sensibilização desse âmbito. Apesar dos avanços, salientaram-se os desafios pendentes no caminho para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Durante o intercâmbio de experiências e a discussão de boas práticas com representantes da sociedade civil, foram abordadas diversas propostas e recomendações para melhorar a inclusão e o bem-estar das pessoas afrodescendentes na região. Foram destacados os desafios históricos que essas comunidades enfrentam, além da importância de se abordar a discriminação racial e promover a participação política e social. Foram propostas medidas como a criação de um Fórum Permanente sobre os Afrodescendentes nas Cúpulas das Américas, a implementação de um mecanismo de

15. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-DEM/doc.4/23](https://www.gric.org/CA-IX/GT-DEM/doc.4/23).

acompanhamento étnico diferencial e a aprovação de uma resolução que expresse o perdão histórico ao povo africano e à diáspora africana nas Américas. Além disso, ressaltou-se a necessidade do trabalho em colaboração com a sociedade civil e os defensores de direitos humanos afrodescendentes para combater a discriminação e promover a participação segura dessas comunidades no sistema político.^{16/}

A quarta reunião do Grupo Técnico Ad Hoc para o Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática foi realizada em 8 de fevereiro de 2024 em formato virtual e foi convocada sobre o tema "Compras Públicas como Área Estratégica para a Governabilidade Democrática". Ela abordou o mandato 20 do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática, adotado na IX Cúpula das Américas. A Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Compras Públicas (RICG) apresentou-a como um mecanismo hemisférico para fortalecer a capacidade institucional das agências nacionais de compras públicas por meio de diversas ações, o que lhes permitirá aumentar a transparência, integridade, eficiência, eficácia, sustentabilidade e inovação dos sistemas de compras públicas em seus países. A RICG está alinhada com mandatos de Cúpulas anteriores e busca promover valores democráticos, éticos e de integridade nas compras públicas. Por meio do Departamento de Gestão Pública Eficaz (DGPE), a OEA tem realizado diversas ações para fortalecer as capacidades institucionais e promover a sustentabilidade, a transparência e a inovação nas compras públicas.

Diretores nacionais e provinciais de compras da República Dominicana, Paraguai, Jamaica e Argentina compartilharam conquistas e desafios na transformação dos sistemas de compras públicas, destacando iniciativas inovadoras e compromissos com a transparência. A transformação em direção à transparência e eficiência foi discutida, com ênfase em compras sustentáveis e sensíveis ao gênero. Esforços semelhantes e compromisso com a cooperação regional também foram destacados, bem como boas práticas para profissionalizar ainda mais a contratação pública, e o apoio internacional e os avanços em sistemas eletrônicos e ferramentas de transparência foram elogiados, ressaltando a importância da profissionalização e da capacitação contínua.^{17/}

Conclusão

Para concluir, o esquema seguido até esta data para o acompanhamento e implementação dos mandatos da Nona Cúpula no âmbito do GRIC, mediante o estabelecimento dos Grupos Técnicos *Ad Hoc* para cada um dos documentos aprovados na Nona Cúpula, permitiu um diálogo e um intercâmbio fluido e enriquecedor entre os especialistas nacionais designados por seus governos e especialistas de entidades do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas, contando com as contribuições de representantes da sociedade civil e dos atores sociais, do setor privado e da juventude. Trata-se de um processo em que, além do mais, boas práticas nacionais com capacidade de réplica vêm sendo identificadas. A dinâmica de trabalho foi similar em todos os Grupos Técnicos, apesar dos respectivos objetivos.^{18/}

A participação dos Estados, em quase todos os casos, ocorreu por meio de especialistas dos ministérios e organismos especializados com competência nos temas abordados. Isso não só implica um nível de intercâmbio técnico, mas também contribui para o surgimento de redes de conhecimento na região. Do mesmo modo, os debates entre especialistas se nutriram de exposições de entidades do

16. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-DEM/doc.11/23](#).

17. A lista de documentos da reunião foi publicada como documento [GRIC/CA-IX/GT-DEM/doc.12/24](#).

18. O Grupo Técnico cujo funcionamento difere é o de Saúde e Resiliência, no qual o objetivo de preparação de um Plano de Ação determina um contexto de negociação.

GTCC e de contribuições da sociedade civil especializada, inclusive atores sociais, entre eles a juventude e o setor privado.

Os temas centrais das reuniões realizadas até esta data, definidos pela Presidência da Nona Cúpula, são representativos dos documentos da Nona Cúpula e de várias das prioridades do Hemisfério.

Outro aspecto característico da fase de acompanhamento e implementação por meio de Grupos Técnicos tem sido e é a ampla participação dos diversos atores que fazem parte do Processo de Cúpulas. Além dos Estados participantes, as instituições que integram o GTCC vêm participando ativamente por meio de seus especialistas, proporcionando insumos técnicos para enriquecer o debate e colocando à disposição dos Estados suas competências para continuar apoiando esforços nacionais de implementação dos mandatos de Cúpulas. Representantes da sociedade civil especializada, inclusive de organizações de mulheres, do setor privado e da juventude, também puderam compartilhar suas recomendações com as delegações.

Nesse sentido, o processo de acompanhamento e implementação de mandatos da Nona Cúpula, realizado por meio dos Grupos Técnicos *Ad Hoc*, mostrou ser um esquema efetivo de colaboração multiator. A ampla participação de especialistas nacionais, de representantes da sociedade civil e de entidades do GTCC enriqueceu o intercâmbio de ideias e fomentou a identificação de boas práticas replicáveis em âmbito nacional, desse modo fortalecendo a geração de redes de conhecimento e impulsionando o progresso em direção aos objetivos comuns de desenvolvimento e prosperidade na região. Esse compromisso contínuo de todos os atores envolvidos reflete um passo significativo para a materialização dos mandatos da Nona Cúpula e para a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável para todas e todos os cidadãos do Hemisfério.